

ARISTÓTELES E O PREDICÁVEL PRÓPRIO DA SUBSTÂNCIA

Wellington Damasceno de Almeida

INTRODUÇÃO

O que nos textos de Aristóteles se costuma traduzir em português por *substância* é o vocábulo grego *ousia*, substantivo abstrato derivado de *ousa*, particípio feminino do verbo *einai* (*ser*). Este fato linguístico é suficiente por si só para mostrar que, embora seja a opção mais comum, a palavra *substância* não é uma tradução isenta de inconvenientes. Ela não capta, por exemplo, a articulação direta que a língua grega expressa entre *einai* e *ousia*. Para que o leitor de língua portuguesa note de saída aquilo que o leitor de grego enxerga na primeira olhadela nos textos de Aristóteles, seria mais apropriado traduzir *ousia* por *entidade*, substantivo abstrato cuja ligação com *ente*, particípio presente do verbo *ser*, é nítida, a exemplo do que acontece na língua grega entre *einai* e *ousia*.¹

Os mais importantes usos de *ousia* de que se vale Aristóteles em suas obras são conhecidos: aquele em que esse vocábulo designa a principal categoria do ser, caso em que costuma ser traduzido por *substância* – é segundo este uso que Sócrates é uma substância (*ousia*); e aquele em que designa a natureza de algo, aquilo que uma coisa é em sentido mais fundamental, caso em que exige complemento genitivo e pode ser traduzido por *essência (de algo)*² – é segundo este uso que *animal racional* é a essência (*ousia*) de *ser humano*. Desses dois usos, o que mais nos interessa é o primeiro, pois é aquele ao qual mais convém a tradução por *substância*.

Apesar dos inconvenientes de tradução mencionados anteriormente, a palavra *substância* ainda está entre as melhores opções de verter para o português esse uso de *ousia*, no qual o vocábulo designa a principal categoria do ser. A palavra *substância* vem

¹ Para justificativas em favor dessa alternativa de tradução, ver Coelho (2014, p. 27-28). A respeito dos inconvenientes envolvidos na tradução de *ousia*, Ricardo Santos (2016, p. 53) observa que a palavra *substância* ganhou em português ‘um sentido que a aproxima da noção de matéria ou de material (é assim que falamos de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas)’, sentido que não está entre as principais acepções de *ousia* encontradas nos textos de Aristóteles.

² Sobre esses dois sentidos, ver Angioni (2008, p. 23-24) e Coelho (2014, p. 27-28).

do latim *substantia*, substantivo derivado de *substans*, particípio presente do verbo *substare*. Pode-se ter uma boa ideia do significado mais básico desse verbo a partir da consideração de seus componentes, os elementos *sub* e *stare*, que dão origem, na língua portuguesa, à preposição *sob* e ao verbo *estar*, respectivamente. Assim, em seu sentido mais básico, o verbo significa *estar embaixo*, e, a partir daí, *ser suporte*, *ser sustentáculo*, *ser a base*. Nesse sentido, espera-se que a tradução de *ousia* por *substância* seja capaz de captar algum aspecto crucial desta noção aristotélica de acordo com o qual o que se entende por *ousia* é justamente um suporte, um sustentáculo ou uma base para outras coisas.

Embora seja um indispensável ponto de partida, a consideração isolada dos significados mais básicos das palavras *ousia* e *substantia* não é suficiente para evidenciar o quão aceitável é traduzir *ousia* por *substância*. É preciso acrescentar que, em sua obra intitulada *Categorias*, Aristóteles concebe as *ousiai* como entidades que servem de suportes, sustentáculos ou bases sobre as quais outras coisas de algum modo se sustentam. São entidades de que as coisas que não são substâncias, os chamados *acidentes* (*sumbebēkota*), de um modo peculiar e não facilmente especificável, dependem para existir. Não é, portanto, no significado ordinário e isolado da palavra *ousia* que residem as razões para traduzir esse vocábulo por *substância* (como se a palavra *ousia*, por si só, carregasse o sentido de suporte, sustentáculo ou base de algo), mas no modo pouco negociável pelo qual o vocábulo se insere na rede conceitual tecida por Aristóteles em *Categorias*.³

A fim de melhor compreender esta noção de substância, a posição dela na rede conceitual de *Categorias* e as razões que justificam a tradução de *ousia* por *substância*, ao longo do capítulo, primeiro tratarei de algumas passagens emblemáticas dos capítulos 2 e 5 dessa obra, passagens nas quais Aristóteles formula ou pressupõe as principais teses em que se estrutura a ontologia desse opúsculo. Em seguida, a fim de coroar a abordagem introdutória oferecida no presente capítulo desta coletânea, reconstruirei o conceito de predicável próprio (*idion*) a partir dos capítulos 4 e 5 dos *Tópicos*, abordarei o papel desse predicável na estratégia metodológica de elaboração da lista de categorias e encerrarei com um exame preliminar da característica exclusiva ou *própria* da substância, apontada por Aristóteles no final do capítulo 5 de *Categorias*.

³ Nesse sentido, parece-me um pouco exagerada a alegação de Coelho (2014, p. 27-28), segundo a qual o emprego do termo *substância* como tradução de *ousia* “[...] impõe ao leitor da tradução uma interpretação que não está necessariamente presente no texto original”.

PARTE I: SUBJACÊNCIA E INDEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA

No capítulo 5 de *Categorias*, Aristóteles argumenta explicitamente em favor da primazia de certas entidades, as substâncias, de acordo com a qual todas as coisas delas dependem. Em 2b3-6, o faz acerca das chamadas *substâncias primeiras* (*prōtai ousiai*).⁴

Assim, todas as outras coisas ou *são ditas das substâncias primeiras como de sujeitos* ou *estão nelas como em sujeitos*. Por conseguinte, se não houvesse substâncias primeiras, seria impossível haver alguma outra coisa. (*Categorias* 5, 2b3-6).

Em 3a1-3, o faz acerca dos gêneros e das espécies das substâncias primeiras, as chamadas *substâncias segundas* (*deuteraí ousiai*):

Mas, tal como as substâncias primeiras estão para todas as outras coisas, assim as espécies e os gêneros das substâncias primeiras estão para tudo o resto; pois tudo o resto se predica deles. (*Categorias* 5, 3a1-3).

Grosso modo, resulta dessa primazia a divisão de tudo o que há em dois grupos de entidades: aquelas das quais as demais dependem, denominadas substâncias; e aquelas que dependem das substâncias, denominadas *acidentes* (*sumbebēkos*). É importante notar que o vocábulo *acidente* não designa uma única categoria, mas várias. Como bem observa Ricardo Santos:

[...] os acidentes não formam um gênero (as diferenças entre eles são demasiado acentuadas para que se lhes reconheça uma natureza comum). Em vez disso, os acidentes distribuem-se por vários gêneros supremos, que são precisamente as quantidades, os relativos, as qualidades, etc. (SANTOS, 2016, p. 44).

Os acidentes, portanto, são aquelas entidades que não são substâncias, ou seja, são entidades que integram as demais categorias de entidades, por exemplo, quantidades, relativos, qualidades etc.

Outro ponto importante a ser notado diz respeito à dependência que os acidentes têm das substâncias. Não se trata de qualquer tipo de dependência, mas de um tipo peculiar, segundo o qual as substâncias são as bases ou sustentações das demais

⁴ As traduções são de Ricardo Santos (2016), com pequenas modificações de minha responsabilidade.

coisas; em outras palavras, segundo o qual as substâncias são suportes ontológicos de um certo tipo. Esse ponto merece mais atenção, pois revela o que levou os estudiosos de Aristóteles a escolher a palavra *substantia* como uma opção viável de tradução de *ousia*.

Conforme revelam os trechos de *Categorias* citados anteriormente, para estabelecer que as substâncias são aquilo de que todas as demais entidades dependem, Aristóteles se vale das expressões *ser dito de um sujeito* (*kath' hupokeimenou legesthai*)⁵, *predicar-se de um sujeito* (*kath' hupokeimenou katēgoreisthai*) e *estar em um sujeito* (*en hupokeimenōi einai*). Não se deve entender em termos meramente gramaticais a noção de sujeito que integra essas três expressões. A palavra *sujeito* traduz *hupokeimenon*⁶, particípio do verbo *hupokeisthai*, o qual, tal como o verbo latino *substare*, significa fundamentalmente *estar embaixo* e, a partir daí, *ser suporte, ser sustentáculo, ser a base*. A esta altura, o leitor já pode vislumbrar por que razão traduzir *ousia* por *substância* é perfeitamente aceitável. O sujeito (*hupokeimenon*) a que Aristóteles se refere nas três expressões é, nesse sentido, um suporte ontológico, um substrato, ou ainda, um *subjacente*.⁷ Como veremos, ser o subjacente de uma dada entidade corresponde a ser um tipo de suporte ontológico, do qual tal entidade depende para existir. A tradução de *ousia* por *substância* se sustenta, portanto, na inegociável articulação que a ontologia de *Categorias* exhibe entre *ousia* e a condição de subjacente (*hupokeimenon*).⁸

De fato, na ontologia com a qual esta obra está comprometida, as substâncias primeiras são concebidas, por um lado, como entidades desprovidas de subjacentes, e, por outro lado, como subjacentes últimos de todas as coisas. Em *Categorias*, substancialidade e subjacência caminham de mãos dadas. É o que se vê, por exemplo, logo no início do capítulo 5, texto em que Aristóteles diz o seguinte:

Substância – aquilo a que chamamos substância de modo mais próprio, primeiro e principal – é aquilo que *nem é dito de um subjacente nem está em um subjacente* [...]. (*Categorias* 5, 2a11-13).

Mais adiante, Aristóteles acrescenta:

⁵ Sobre as inúmeras dificuldades envolvendo a expressão *ser dito de um sujeito*, ver Crivelli (2017).

⁶ A tradução de *hupokeimenon* por *subiectus* – palavra latina da qual deriva *sujeito* – remonta a Boécio. Ver Coelho (2014, p. 24).

⁷ É assim que Angioni (2006, p. 201-2) traduz *hupokeimenon*.

⁸ Daqui para frente, adotarei o vocábulo *subjacente* (e não *sujeito*) como tradução de *hupokeimenon*, a fim de evitar confusões envolvendo a noção de sujeito gramatical.

[...] é porque as substâncias primeiras são subjacentes de todas as outras coisas que elas são mais propriamente chamadas substâncias (*Categorias* 5, 2b37-3a1).

Na medida em que são desprovidas de subjacentes, as entidades às quais se destina o título de substâncias primeiras desfrutam de certa independência ontológica. Nesse sentido, a doutrina de *Categorias* se diferencia daquela do Livro *Zeta* da *Metafísica*, em que a matéria, conceito inexistente em *Categorias*, é compreendida como um tipo de *subjacente* (*hupokeimenon*) a ser considerado na análise hilemórfica – aquela envolvendo o par conceitual *matéria* e *forma* – com a qual Aristóteles inova na abordagem da noção de substância ali encontrada.⁹ Em outras palavras, as substâncias de que trata o Livro *Zeta* da *Metafísica* não são desprovidas de subjacentes, razão pela qual sua primazia se sustenta em outros critérios.¹⁰ Em *Categorias*, porém, por não contarem com subjacentes, as chamadas substâncias primeiras são concebidas como subjacentes últimos de tudo o mais, razão pela qual, insiste Aristóteles, “se não houvesse substâncias primeiras, seria impossível haver alguma outra coisa” (*Categorias* 5, 2b5-6).

Em conformidade com a doutrina de *Categorias*, pode-se dizer que um subjacente figura como tal em duas situações distintas: por um lado, como *subjacente de predicação*, condição em que algo é *dito do* subjacente; por outro lado, como *subjacente de inerência*, condição em que algo *está no* subjacente. Aristóteles não oferece detalhes sobre cada um desses tipos de subjacentes, levando intérpretes a infundáveis discussões e a revisitar permanentemente a doutrina de *Categorias*. No entanto, Aristóteles os pressupõe, no capítulo 2 de *Categorias*, ao empregar as expressões “ser dito de um subjacente” e “estar em um subjacente”. O mais perto de descrevê-los a que Aristóteles chegou pode ser conferido em duas passagens de *Categorias*.

No capítulo 2, Aristóteles procura esclarecer o que entende por “estar em um subjacente”:

[...] e digo ‘estar em um subjacente’ aquilo que (a) está presente em algo (b) não como parte e (c) não pode ser separadamente daquilo em que está [...]. (*Categorias* 2, 1a24-25).

No capítulo 3, Aristóteles associa certa transitividade de predicados à expressão “predicar-se de um subjacente”:

⁹ Ver *Metafísica* Z 13 (1038b4-6), em que Aristóteles reconhece a matéria como um subjacente (*hupokeimenon*).

¹⁰ Sobre esse ponto, conferir o capítulo 4 desta coletânea.

Quando uma coisa se predica de outra como de algo subjacente, deverão ser afirmados também a respeito do subjacente todos os itens que se afirmam do predicado; por exemplo, homem predica-se de um homem, e o animal predica-se de homem; então, o animal poderá ser predicado também de um homem, pois um homem é homem e é animal. (*Categorias* 3, 1b10-15).

As duas passagens oferecem dificuldades à formulação precisa do que sejam os subjacentes de inerência e de predicação. Na primeira delas, as dificuldades se instalam na reconstrução do significado preciso das três condições (*a*, *b* e *c*).¹¹ Na segunda, nos empregos da expressão “*predicar-se de um subjacente (kath’ hupokeimenou katēgoreisthai)*”, em que a transitividade de predicados, formulada no capítulo 3, não ocorre. No capítulo 5 de *Categorias*, por exemplo, logo após reiterar essa transitividade de predicados (2a20-27), Aristóteles reconhece o corpo como subjacente do qual o branco se predica, mas a definição (*logos*) do branco não (2a29-34).¹²

Apesar das dificuldades envolvidas na caracterização precisa do que vem a ser um subjacente de predicação e um subjacente de inerência, a doutrina de *Categorias* não deixa dúvidas quanto ao seguinte: o que quer que tenha um subjacente, seja este de predicação ou de inerência, é algo que, de um certo modo, depende de outra coisa, e, portanto, algo que não desfruta da independência ontológica¹³ que caracteriza uma substância. Assim, a consideração de subjacentes de que se vale Aristóteles serve para demarcar relações de dependência e independência ontológica entre os variados tipos de entidades que integram a ontologia de *Categorias*. Em outras palavras, essas relações de dependência ontológica estão fundadas na noção de subjacência: se a entidade *x* é um subjacente da entidade *y*, então, a entidade *y* depende ontologicamente da entidade *x*, em uma relação de dependência correspondente ao tipo de subjacente em que a entidade *y* se sustenta.

O capítulo 2 de *Categorias* oferece uma visão bastante esquemática dessa doutrina, segundo a qual as substâncias são suportes ontológicos das entidades pertencentes às demais categorias. Em tal capítulo, pela primeira vez na obra, Aristóteles

¹¹ A reconstrução do significado preciso das três condições (*a*, *b* e *c*) apontadas por Aristóteles nessa passagem requer um aprofundamento que não está entre os propósitos deste estudo, razão pela qual será deixada de lado.

¹² O ponto é discutível, porque a falha na satisfação do critério da transitividade pode indicar que o corpo não é um genuíno subjacente de predicação do branco, mas algo de que se predica apenas o nome *branco*.

¹³ Sobre a independência ontológica da substância no Livro *Zeta* da *Metafísica*, ver a seção “Abordagem da independência ontológica” do capítulo 5 desta coletânea.

faz uso das expressões *ser dito de um subjacente* (*kath' hupokeimenou legesthai*)¹⁴ e *estar em um subjacente* (*en hupokeimenōi einai*), a fim de construir o chamado *Quadrado Ontológico*, formado por quatro grupos principais¹⁵ de entidades ou seres (*ta onta*):

- I. aquele das entidades que não são ditas de um subjacente e não estão em um subjacente;
- II. aquele das entidades que são ditas de um subjacente, mas não estão em um subjacente;
- III. aquele das entidades que não são ditas de um subjacente, mas estão em um subjacente;
- IV. aquele das entidades que são ditas de um subjacente e estão em um subjacente.

(i) O primeiro grupo da lista é o das entidades desprovidas de subjacentes, às quais, no capítulo 5, se destina o título de substâncias primeiras. Para ilustrar a que se refere, Aristóteles indica como exemplos, no capítulo 2, entidades particulares concretas: *um certo homem* e *um certo cavalo* (1b3-6). Essas entidades podem ser denominadas *particulares substanciais*.¹⁶

(ii) O segundo grupo da lista é o das entidades para as quais há apenas subjacentes de predicação (e não de inerência) e estes são exclusivamente substâncias. Trata-se do grupo das substâncias segundas, cujo exemplo fornecido por Aristóteles é uma entidade universal: *homem*, cujo subjacente de predicação é uma substância primeira, *um certo homem* (1a20-22). Essas entidades podem ser denominadas *universais substanciais*.

(iii) O terceiro grupo é o das entidades para as quais há apenas subjacentes de inerência (e não de predicação). Trata-se do grupo dos acidentes particulares, para o qual Aristóteles fornece como exemplos entidades particulares abstratas: *uma certa gramática*, cujo subjacente é a alma (de alguém que conhece gramática, presume-se); e *um certo*

¹⁴ O emprego de diferentes verbos (*legesthai* e *katēgoreisthai*) na construção das expressões *ser dito de um subjacente* (*kath' hupokeimenou legesthai*) e *predicar-se de um subjacente* (*kath' hupokeimenou katēgoreisthai*) pode sugerir, a princípio, que estas não são equivalentes. No entanto, todos os subjacentes de predicação oferecidos no capítulo 2 de *Categorias* são compatíveis com a condição de transitividade de predicados apontada no capítulo 3 e reiterada no capítulo 5 (2a20-27), o que sugere que as expressões são equivalentes.

¹⁵ O grupo das entidades que *não são ditas de um subjacente*, mas *estão em um subjacente*, bem como o das entidades que *são ditas de um subjacente* e *estão em um subjacente* são ambos heterogêneos e incluem entidades pertencentes a diferentes categorias.

¹⁶ Para discussão recente envolvendo a primazia dos particulares sobre os universais, ver o capítulo 26 desta coletânea.

branco, cujo subjacente é o corpo (de algo que é branco, presume-se) (1a23-29). Essas entidades podem ser denominadas *particulares accidentais*.¹⁷

(iv) Por fim, o quarto grupo é o das entidades para as quais há tanto subjacentes de predicação quanto subjacentes de inerência. Trata-se do grupo dos acidentes universais. O exemplo indicado por Aristóteles é uma entidade universal: *conhecimento*, que tem a gramática como subjacente de predicação e a alma como subjacente de inerência (1b1-3). Essas entidades podem ser denominadas *universais accidentais*.

Os quatro grupos de entidades, resultantes da combinação dos critérios acionados pelas expressões *ser dito de um subjacente* e *estar em um subjacente*, podem ser resumidamente organizados no quadro a seguir, baseado na noção de subjacência:

Grupos de entidades (<i>ta onta</i>)	Possui subjacente de predicação?	Possui subjacente de inerência?	Exemplos de Aristóteles:
(i) Particular Substancial	Não!	Não!	- <i>um certo homem</i> - <i>um certo cavalo</i>
(ii) Universal Substancial	Sim!	Não!	- <i>homem</i>
(iii) Particular Acidental	Não!	Sim!	- <i>uma certa gramática</i> - <i>um certo branco</i>
(iv) Universal Acidental	Sim!	Sim!	- <i>conhecimento</i>

Esse quadro fornece um esboço minimamente satisfatório da ontologia proposta em *Categorias* (sobretudo no capítulo 2) e dos critérios acionados por Aristóteles a fim de construí-la. Mas também sugere que a marca distintiva de substancialidade consiste em *não estar em algo subjacente*, ou seja, que a condição de *não dispor de um subjacente de inerência* constitui o traço exclusivo das substâncias, algo com o que Aristóteles não está comprometido. Na verdade, que essa condição seja um traço exclusivo das substâncias é algo que Aristóteles rejeita no capítulo 5 de *Categorias* (3a21-28).

¹⁷ Alguns intérpretes encontram nessas entidades o comprometimento de Aristóteles com a existência de atributos particularizados – em metafísica contemporânea, *tropos*. Outros, porém, preferem entendê-las como propriedades gerais maximamente determinadas. Sobre as dificuldades envolvendo a precisa caracterização das entidades que (iii) *não são ditas de um subjacente*, mas *estão em um subjacente*, ver Santos (2016, p. 49-53) e Angioni (2006, p. 166).

PARTE II: O PREDICÁVEL PRÓPRIO E AS CATEGORIAS DE ARISTÓTELES

No capítulo 5 de *Categorias*, Aristóteles reconhece que tanto as substâncias primeiras quanto as substâncias segundas satisfazem a condição de *não estar em um subjacente* (3a7-15). Reconhece, portanto, que (i) particulares substanciais e (ii) universais substanciais são entidades desprovidas de subjacentes de inerência. Apesar disso, tem o cuidado de fazer um alerta ao leitor: embora seja comum aos dois tipos de substâncias, a condição de *não estar em um subjacente* não constitui um predicável próprio da categoria da substância. De acordo com Aristóteles:

[...] isto <sc. *não estar em um subjacente*> não é próprio da substância, uma vez que também a diferença *não está em um subjacente*. (*Categorias* 5, 3a21-22).

A *diferença* (*diaphora*), portanto, que não é uma substância, é desprovida de subjacentes de inerência. Disso resulta que a condição de *não estar em um subjacente* não pode ser um próprio da categoria da substância. Esse alerta está subordinado a motivações de Aristóteles que são de natureza metodológica, motivações que exigem alguma compreensão da noção aristotélica de predicável *próprio* (*idion*).

O predicável próprio nos capítulos 4 e 5 do livro I dos Tópicos

O *locus classicus* dos chamados predicáveis aristotélicos é o capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos*. Trata-se de um capítulo dedicado à caracterização das famosas noções de *definição*, *gênero*, *próprio* e *acidente*, as quais, acompanhadas da noção de *diferença*, perfazem a lista de predicáveis aristotélicos de que trata, por exemplo, a *Isagoge* de Porfírio.¹⁸ Embora também faça parte dessa lista de predicáveis, a diferença não recebe atenção no capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos*. Ocorre que Aristóteles a concebe como sendo relativa e indissociável da noção de gênero,¹⁹ razão pela qual decide dela tratar apenas no Livro IV, em que o tema predominante é justamente o predicável denominado gênero.

¹⁸ Nesse sentido, a *Isagoge* de Porfírio parece ser uma obra de introdução aos predicáveis de Aristóteles – e não às *Categorias*, como se costuma supor.

¹⁹ “[...] quanto à diferença, sendo concernente ao gênero (*genikēn*), deve ser abordada com o gênero” (*Tópicos* I 4, 101b 18-19).

Os predicáveis aristotélicos são noções relacionais. O reconhecimento de um predicável como sendo uma definição, um próprio, um gênero ou um acidente só pode ser realizado a partir da identificação do sujeito *S* ao qual o predicável *P* é atribuído. Não está no escopo deste estudo oferecer uma visão completa dos predicáveis aristotélicos, mas apenas um quadro satisfatório dos predicáveis próprios, a partir do qual melhor se compreenderá o interesse de Aristóteles no apontamento daquilo que é o próprio de cada categoria. Por essa razão, apenas o predicável próprio será examinado daqui para a frente.

No capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos*, Aristóteles formula o predicável próprio (*idion*) nos seguintes termos:

(1) É próprio aquilo que, embora (C1) não mostre a *quididade* (*to ti ēn einai*), (C2) se atribui a apenas uma coisa e dela se contrapredica. Por exemplo, é próprio do homem ser capaz de aprender a ler. De fato, se algo é homem, é capaz de aprender a ler, assim como se algo é capaz de aprender a ler, é homem. Com efeito, ninguém afirma ser próprio aquilo que pode ser atribuído a outra coisa (por exemplo, o dormir em relação ao homem), nem se ocorre ser atribuído a uma única coisa apenas por certo tempo. (2) Se também algum atributo desse tipo fosse denominado como próprio, não seria denominado (1) próprio *simpliciter* (*haplōs*), mas como (2.1) próprio em certo momento (*pote*) ou (2.2) próprio em relação a algo (*pros ti*). De fato, estar do lado direito é próprio em certo momento, e o bípede sucede ser afirmado como próprio em relação a algo, por exemplo, para homem em comparação com (*pros*) cavalo e cão. Evidentemente, nenhum item que pode ser atribuído também a outra coisa é objeto de contrapredicação; de fato, se algo dorme, não é necessário que seja um homem. (*Tópicos* I 5, 102a18-30; trad. Lucas Angioni, 2006, com pequenas modificações de minha responsabilidade).

Nessa passagem de *Tópicos* I 5, Aristóteles reconhece dois grupos de predicáveis próprios: (1) o daqueles que *não* podem ser atribuídos a outra coisa além daquela de que são próprios – por exemplo, *ser capaz de aprender a ler* em relação a *homem*; e (2) o daqueles que *podem* ser atribuídos a outra coisa além daquela de que são próprios. O primeiro grupo é formado por predicáveis *incondicionalmente* exclusivos, predicáveis que não podem não ser atribuídos àquilo de que são próprios. Trata-se, portanto, de um grupo de predicáveis necessários, que pode ser denominado (1) próprio *simpliciter* (*haplōs*). O segundo grupo, por sua vez, é formado por predicáveis cuja exclusividade ganha contornos elusivos, pois está condicionada a certas circunstâncias que não são

permanentes, circunstâncias a serem especificadas a seguir. Esse grupo de predicáveis pode ser denominado (2) *próprio qualificado*.

O grupo de (2) *predicáveis próprios qualificados* se subdivide em dois subgrupos: (2.1) predicáveis que são *próprios em certo momento (pote)* – por exemplo, *estar ao lado direito de fulana* é um próprio de beltrano durante o tempo em que este permanecer na condição de única pessoa nessa posição; e (2.2) predicáveis que são *próprios em relação a algo (pros ti)* – por exemplo, *bípede* é um próprio de *homem* na relação comparativa com *cavalo* ou com *cão*. Em ambos os casos, conforme antecipado, a exclusividade distintiva do predicável próprio está condicionada a certas circunstâncias: *estar ao lado direito de fulana* não mais será próprio de beltrano assim que fulana se deslocar para outra posição ou uma terceira pessoa se posicionar também ao lado direito dela ou beltrano se deslocar para outra posição; *bípede* não será um próprio de *homem* para além da comparação com *cavalo* ou com *cão*, pois se trata de um predicável que se atribui também a outras coisas além de *homem*, por exemplo, aves.

Os dois grupos principais, 1 e 2, ganham unidade na medida em que satisfazem a condição de (C2) se atribuir a apenas uma coisa e, assim, dela se contrapredicar (*antikatégorēisthai*), condição de acordo com a qual, conforme exemplifica Aristóteles, “[...] se algo é homem, é capaz de aprender a ler, assim como se algo é capaz de aprender a ler, é homem” (*Tópicos* I 5, 102a20-22).²⁰ Está longe de ser incorreto dizer que (C2) a condição da contrapredicação encontra correspondência, em terminologia moderna, na noção de coextensão: *homem* e *capaz de aprender a ler* são expressões coextensivas, denotam a mesma multiplicidade de coisas.

Embora conceda o título de *próprio* também aos predicáveis do grupo 2, Aristóteles deixa transparecer que essa atitude envolve algum relaxamento na aplicação da (C2) condição da contrapredicação, critério demarcador dessa classe de predicáveis. Note-se que Aristóteles introduz esse grupo de predicáveis alegando que “[...] ninguém afirma ser próprio aquilo que pode ser atribuído a outra coisa (por exemplo, o dormir para o homem), nem se ocorre ser atribuído a uma única coisa apenas por certo tempo” (102a22-24). Portanto, os predicáveis que são (2.1) *próprios em certo momento* e os que são (2.2) *próprios em relação a algo* são considerados próprios apenas sob certo relaxamento na aplicação do critério pelo qual a classe de predicáveis próprios se define, (C2) a condição da contrapredicação. Não se verifica tal relaxamento na aplicação desse critério ao tipo

²⁰ A princípio, o texto de Aristóteles leva a crer que são dois distintos critérios que integram a condição C2: (i) ser atribuído a apenas uma coisa e (ii) ser contrapredicado dessa coisa. No entanto, um olhar mais cuidadoso não demora a perceber que, se Y se atribui apenas a X, então, Y se contrapredica de X e vice-versa. Assim, tudo indica que as diferentes formulações de que se vale Aristóteles são equivalentes e podem ser tratadas como uma única condição.

(1) *simpliciter* de predicáveis próprios, tampouco à *definição*, que também é um predicável próprio, em sentido a ser especificado a seguir.

De fato, no capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos*, a condição de (C1) não mostrar a *quididade* (*to ti ēn einaī*) permite diferenciar os tipos de predicáveis que são reunidos sob o título de *próprio* daqueles sob o título de *definição*. Nesse contexto, porém, essa diferenciação esconde o fato de Aristóteles conceber também a *definição* como um predicável próprio, do tipo que expressa a *quididade* daquilo de que se predica. É no capítulo 4 do Livro I dos *Tópicos* que esse fato ganha nítidos contornos:

Uma vez que, do próprio, uma parte (C1*) significa a *quididade* (*to ti ēn einaī*), ao passo que a outra não, deve-se dividir o próprio em ambas as partes mencionadas, denominar *definição* aquela que significa a *quididade* e chamar *próprio* à restante, conforme a denominação comum que lhes é dada. (*Tópicos* I 4, 101b 19-18).

Aos olhos de Aristóteles, portanto, os predicáveis reunidos sob o título de *próprio* no capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos* representam apenas uma parte da totalidade de predicáveis próprios, aquela formada pelos tipos (1) *próprio simpliciter* e (2) *próprio qualificado*. A outra parte é formada por predicáveis que também satisfazem (C2) a condição da contrapredicação, mas (C1*) mostram *o que algo é* (*to ti ēn einaī*), ou seja, expressam a *quididade* daquilo de que se predicam. Dito de outro modo, essa outra parte é formada pelos predicáveis reunidos sob o título de *definição* no capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos*.²¹ Esse cenário requer o reconhecimento de dois sentidos mais gerais de acordo com os quais um predicável é classificado como próprio.

Assim, em sentido amplo, é dito próprio o predicável que satisfaz, ainda que sob certo relaxamento na aplicação do critério relevante, ao menos (C2) a condição da contrapredicação. Trata-se do sentido mais geral de acordo com o qual um predicável é considerado próprio, sentido a partir do qual se delimita a classe inteira de predicáveis próprios de Aristóteles. A *definição*, por exemplo, listada entre os predicáveis do capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos*, satisfaz (C2) a condição da contrapredicação, razão pela qual é um próprio, embora apenas nesse sentido amplo.

Em sentido estrito, por sua vez, é dito próprio o predicável que, além de satisfazer (C2) a condição da contrapredicação – ainda que sob certo relaxamento na aplicação do critério relevante –, (C1) não mostra *o que algo é* (*to ti ēn einaī*), ou seja, não expressa a *quididade* daquilo de que se predica. Esse sentido inclui todos os tipos de predicáveis que

²¹ Sobre os variados usos do vocábulo *próprio* (*idion*), ver também *Metafísica* Z 13 (1038b9-15), texto em que Aristóteles reconhece a essência de algo (*ousia*) como um próprio.

recebem o título de *próprio* (*idion*) no capítulo 5 do Livro I dos *Tópicos*, ou seja, (1) o *próprio simpliciter* e (2) o *próprio qualificado*, que se subdivide em (2.1) *próprio em certo momento* (*pote*) e (2.2) *próprio em relação a algo* (*pros tí*). Note-se que todo predicável que é próprio em sentido estrito é também próprio em sentido amplo, mas não vice-versa: a definição é um próprio em sentido amplo, mas não o é em sentido estrito.

Alcança-se, assim, uma classificação que inclui os mais variados tipos de predicáveis próprios: o tipo mais geral é o *próprio em sentido amplo* (*próprio_A*), que se subdivide em *próprio em sentido estrito* (*próprio_E*) e *definição*; o próprio em sentido estrito, por sua vez, se subdivide em *próprio simpliciter* (*haplōs*) e *próprio qualificado*; por fim, o próprio qualificado se subdivide em *próprio em certo momento* (*pote*) e *próprio em relação a algo* (*pros tí*). Essa classificação pode ser mais bem apreciada no quadro a seguir, no qual apenas as células da primeira linha inauguram colunas.

PREDICÁVEIS PRÓPRIOS				Expressa a quiddidade (<i>to ti ēn einaī</i>)?	Satisfaz a condição da contrapredicação?
		Definição		Sim!	Sim!
		Próprio Simpliciter		Não!	Sim!
Próprio _A (sentido amplo)	Próprio _E (sentido estrito)	Próprio Qualificado	Próprio em certo momento	Não!	Por um certo intervalo de tempo, sim!
			Próprio em relação a algo	Não! ²²	Na relação comparativa com algo, sim!

²² Se, no entanto, a condição de (C1*) *expressar a quiddidade* (*to ti ēn einaī*) e a de (C3) *se predicar no o que é* (*en tōi ti esti katēgoreisthai*) forem equivalentes – com base, por exemplo, em presumida equivalência das expressões *quiddidade* (*to ti ēn einaī*) e *o que é* (*to ti esti*) –, então, alguns predicáveis (2.2) *próprios em relação a algo* (*pros tí*), a exemplo das definições, serão tais que (C1*) *expressam a quiddidade* (*to ti ēn einaī*). De fato, com base na formulação de Aristóteles (101b27-28), nada parece impedir que um predicável que (C3) *se predica no o que é* (*en tōi ti esti katēgoreisthai*), como é o caso do gênero (102a31-102b3), seja (2.2) *próprio em relação a algo* (*pros tí*): *animal*, por exemplo, é gênero de *homem* e pode ser entendido como um próprio na relação comparativa entre *homem* e *rocha* – assim como *bípede*, nos exemplos de Aristóteles, é próprio de *homem* nas relações comparativas entre *homem* e *cavalo* e entre *homem* e *cão* (101b27-28). Contra a equivalência das expressões *to ti esti* e *to ti ēn einaī*, ver *Metafísica Delta* 18 (1022a24-29) e Marqués (2016-2017).

Esse quadro não é dos mais consistentes. Os predicáveis próprios qualificados – ou seja, (2.1) o *próprio em certo momento (pote)* e (2.2) o *próprio em relação a algo (pros ti)* – só satisfazem (C2) a condição da contrapredicação de modo precário, sob certo relaxamento na aplicação desse critério. Nesse sentido, não são genuínos predicáveis próprios, mas apenas circunstanciais. Por isso, em atenção ao fato de Aristóteles ter dito que “[...] ninguém afirma ser próprio aquilo que pode ser atribuído a outra coisa (por exemplo, o dormir para o homem), nem se ocorre ser atribuído a uma única coisa apenas por certo tempo” (102a22-24)²³ e em benefício de uma classificação mais consistente de predicáveis próprios, os tipos *próprio em certo momento (pote)* e *próprio em relação a algo (pros ti)* podem ser removidos do quadro, a fim de obter um conjunto que contém apenas dois tipos de predicáveis próprios:

PREDICÁVEIS PRÓPRIOS	Expressa a quiddidade?	Satisfaz a condição da contrapredicação?
<i>Definição</i>	Sim!	Sim!
<i>Próprio Simpliciter (haplōs)</i>	Não!	Sim!

Certamente, há mais coisas a serem ditas sobre o predicável próprio além daquelas que esse quadro é capaz de exibir. Basta ao leitor levar em conta o fato de Aristóteles ter reservado todo o Livro V dos *Tópicos* para tratar desse predicável, livro que não teve uma única linha aqui examinada. Apesar de eventuais prejuízos decorrentes da simplificação do quadro de predicáveis próprios, essa última tabela fornece informações mais enxutas, com as quais se poderá compreender o interesse de Aristóteles no apontamento daquilo que é próprio de cada categoria, o que nos leva de volta às *Categorias*.

No encaixe do predicável próprio de cada categoria

Tradicionalmente, entende-se que as categorias de Aristóteles são *gêneros supremos* de todas as coisas (no sentido mais amplo e neutro da palavra *coisa*),²⁴ sob os quais tudo o que há pode ser classificado e concebido em um domínio universal de entidades (*ta onta*). Para além desses gêneros supremos, não existe qualquer outro que lhes seja

²³ Aristóteles repete esse ponto em 102a28-30, trecho com o qual encerra a passagem do capítulo 5 que trata do predicável próprio e que é seguida pela formulação do predicável gênero.

²⁴ Ver a chamada *árvore de Porfírio (Isagoge)*.

superordenado – o ente, para Aristóteles, não é gênero e as categorias não podem ser definidas em sentido estrito. Por essa razão, o domínio universal de entidades, resultante da lista completa de gêneros supremos, perfaz uma multiplicidade que não exhibe aquela unidade característica de que desfrutam as coisas pertencentes ao mesmo gênero. A inexistência de um gênero unificador para as categorias de Aristóteles é a raiz do chamado *problema da homonímia do ser*, que consiste em certa fragmentação do domínio universal de entidades, enfrentada por Aristóteles em diversos textos, em especial no capítulo 2 do Livro *Gamma* da *Metafísica*, a partir da doutrina do *sentido focal*,²⁵ que lhe permite unificar certos domínios homônimos – em sentido aristotélico.²⁶

O entendimento segundo o qual as categorias de Aristóteles são entidades não é a única interpretação possível. Intérpretes antigos e modernos muito debateram a respeito da natureza das categorias, concebendo-as como classes de entidades, de termos ou mesmo de conceitos. Apesar dessa variedade de opiniões, predominou a interpretação segundo a qual as categorias de Aristóteles são gêneros supremos de entidades, o que coloca a obra ora intitulada *Categorias* – cuja lista de títulos inclui *Sobre os gêneros do ser* – na pilha de textos de ontologia e metafísica da história da filosofia.

O esquema taxonômico de gêneros supremos, perseguido por Aristóteles nas *Categorias*, é moldado a partir de certos princípios implícitos que atuaram na composição do texto, sobretudo do bloco central, também conhecido como *Predicamenta*, formado pelos capítulos 5, 6, 7, 8 e 9, respectivamente dedicados às categorias da substância, da quantidade, do relativo, da qualidade e, por fim, do agir e sofrer.²⁷ Entre esses princípios, os dois principais são os seguintes: o *princípio da exaustividade*, de acordo com o qual toda entidade pertence a um gênero supremo ou categoria; e o *princípio da exclusividade*, de acordo com o qual nenhuma entidade pertence a mais de um gênero supremo ou categoria. A obra não oferece um quadro detalhado desse esquema taxonômico, mas garante um esboço a ser aprimorado por abordagens supervenientes.

As tentativas de fornecer o número exato de gêneros supremos com os quais Aristóteles estava comprometido são perturbadas por flutuações nas listas de categorias

²⁵ Owen (2005 [1960]).

²⁶ Sobre a noção aristotélica de homonímia, o ponto de partida é o capítulo 1 de *Categorias*, em que essa noção é contrastada com outras que lhe são correlatas, as noções de sinonímia e paronímia.

²⁷ São três os blocos de textos que integram a obra que nos chegou sob o título de *Categorias*, blocos que não formam necessariamente uma teoria unificada: *Pre-Predicamenta* (capítulos 1-4), em que Aristóteles trata das noções de homonímia, sinonímia e paronímia, apresenta o *Quadrado Ontológico* e encerra com a lista de dez categorias; *Predicamenta* (capítulos 5-9), em que trata das principais categorias da lista, dedicando a cada uma delas um capítulo; e *Post-Predicamenta* (capítulos 10-15), em que trata das noções de oposição, prioridade, simultaneidade e movimento.

encontradas em diferentes obras do autor. Em face desse cenário, o Prof. Marco Zingano nos ensina que “a lição a reter é que, ainda que o número das categorias seja determinado, Aristóteles mostra-se disposto a revisar sua lista, preservando, porém, algumas categorias em todas elas” (2013, p. 227).

Apesar dessas dificuldades, é possível reconhecer certa estratégia metodológica²⁸ de Aristóteles na construção da lista de gêneros supremos, sobretudo na demarcação precisa das categorias da substância, da quantidade, do relativo e da qualidade.²⁹ Nos capítulos 5, 6, 7 e 8 de *Categorias*, Aristóteles apresenta condições que cada entidade deve satisfazer para pertencer a uma dada categoria.³⁰ Assim, para ser uma substância, uma dada entidade deve satisfazer, por exemplo, as seguintes condições: *não estar em um subjacente* (3a7-32), *não ter contrário* (3b24-27) e *não admitir graus* (3b33-4a9). Nenhuma dessas três condições é satisfeita exclusivamente por entidades pertencentes à categoria da substância. É nesse sentido que, depois de mostrar, no capítulo 5 de *Categorias*, que as substâncias não têm contrários, Aristóteles acrescenta:

[...] isto <i.e. não ter contrário> não é próprio da substância, mas verifica-se também em muitos outros casos, como, por exemplo, a respeito da quantidade. (*Categorias* 5, 3b27-28).

Assim, na medida em que também as quantidades *não têm contrários*, constata-se, entre outras coisas, que a satisfação desta condição, embora necessária, não é suficiente para garantir o pertencimento de uma dada entidade à categoria da substância. Situação semelhante se verifica nos capítulos 6, 7 e 8, dedicados respectivamente às categorias da quantidade, do relativo e da qualidade. Aristóteles apresenta condições necessárias, das quais não se obtém um critério definitivo de aferição da categoria a que cada entidade pertence. É essa impossibilidade de aferição que leva Aristóteles a adotar uma nova estratégia, que o coloca no encaixe do predicável próprio de cada categoria.

Ao contrário das condições satisfeitas por entidades de diferentes categorias – por exemplo, a condição de *não ter contrários* e a de *não admitir graus*, compartilhadas pelas categorias da substância (3b24-27; 3b33-4a9) e da quantidade (5b11-6a18; 3b28-32; 6a19-25) – as condições expressas por predicáveis próprios são suficientes para a aferição da categoria ou gênero supremo a que uma dada entidade pertence. Assim, perseguindo critérios exaustivos de classificação para as entidades que integram a

²⁸ Essa estratégia foi apontada de modo iluminador por Zingano (2013).

²⁹ Deixarei de lado o último capítulo da seção *Predicamenta* (capítulo 9), por entender que não exhibe com a mínima nitidez a estratégia metodológica em questão.

³⁰ Zingano (2013, p. 235-236).

ontologia de *Categorias* e não dispondo de definições de gêneros supremos – visto que estes não podem ser definidos –, Aristóteles tenta apontar um *próprio simpliciter* para cada categoria, incluindo entre os casos emblemáticos o da substância, o da quantidade, o do relativo e o da qualidade.³¹

No final do capítulo 6, o leitor encontra o predicável próprio da quantidade, a condição de *ser dito igual ou não-igual*, anunciada nos seguintes termos:

Mas o que principalmente é próprio da quantidade é ser dita igual e não-igual. Pois cada uma das quantidades que referimos é dita igual e não-igual. Um sólido, por exemplo, é dito igual e não-igual; um número é dito igual e não-igual; um tempo é dito igual e não-igual. E verifica-se o mesmo no caso das outras quantidades que referimos: cada uma delas é dita igual e não igual. Mas nenhuma das restantes coisas – das que não são quantidades – é de modo algum, ao que parece, dita igual e não-igual. Uma disposição, por exemplo, não é de modo algum dita igual e não-igual, mas antes semelhante; e um branco não é de modo algum igual e não-igual, mas semelhante. Portanto, o que principalmente é próprio da quantidade é ser dita igual e não-igual. (*Categorias* 6, 6a26-35).

No capítulo 7, Aristóteles é mais elusivo. O capítulo não fornece uma passagem na qual o predicável próprio da categoria do relativo seja explicitamente identificado. No entanto, há razões para crer que Aristóteles o concebeu como *aquilo cujo ser é o mesmo que estar de algum modo em relação com alguma coisa* (8a31-32). Essa condição é proposta por Aristóteles como um aprimoramento da definição (*horismos*), ou melhor, da caracterização³² fornecida no início do capítulo, de acordo com a qual pertence à categoria do relativo *aquilo que é dito ser de ou de que alguma outra coisa* (6a36-37). O propósito de aprimorar esta definição reside no fato de não ser ela suficiente (*hikanōs*) para impedir que certas substâncias segundas – por exemplo, cabeça e mão – sejam concebidas como pertencentes também à categoria do relativo, algo que violaria o *princípio da exclusividade* – nenhuma entidade pertence a mais de uma categoria. O problema todo é apontado por Aristóteles na seguinte passagem:

Há uma dificuldade em saber se nenhuma substância é chamada um relativo, como parece, ou se tal é possível a respeito de certas substâncias

³¹ Zingano (2013, 237-238).

³² A rigor, não se trata de uma definição, mas apenas de uma caracterização. A categoria do relativo, assim como qualquer outra categoria, entendida como um gênero supremo, não é suscetível de definição em sentido estrito.

segundas. [...]. No caso destas coisas <i.e. homem, boi e madeira>, é, então, evidente que não são relativos, mas no caso de algumas substâncias segundas, há controvérsia. Por exemplo, a cabeça é dita cabeça *de* algo, a mão é dita mão *de* algo e assim para cada uma destas coisas; pelo que elas parecem ser relativos. (*Categorias* 7, 8a13-28).

A fim de lidar com esse problema, Aristóteles propõe o aprimoramento daquela descrição da categoria do relativo com a qual o capítulo 7 foi iniciado:

Se a definição que foi dada dos relativos é suficiente, a solução para o problema de saber se nenhuma substância é chamada um relativo é ou extremamente difícil ou impossível. Mas, se ela não é suficiente e os relativos são *aquilo cujo ser é o mesmo que estar de algum modo em relação com alguma coisa*, então talvez se possa adiantar alguma coisa a este respeito. A anterior definição aplica-se a todos os relativos, mas não é isso – o serem ditos aquilo que são *de* ou *de que* alguma outra coisa – que faz deles relativos. (*Categorias* 7, 8a28-35).

Com uma descrição aprimorada do relativo, Aristóteles enfrenta o problema das substâncias segundas que parecem ser relativos e, por fim, encerra o capítulo 7:

Portanto, estas coisas <i.e. cabeça, mão etc.> não serão relativos; e, se não são relativos, então será verdade que nenhuma substância é um relativo. (*Categorias* 7, 8b19-21).

Assim, a primeira caracterização do relativo – *aquilo que é dito ser de ou de que alguma outra coisa* (6a36-37) – embora se predique de todos os relativos, se predica também de outras coisas, a saber, de substâncias segundas tais quais cabeça e mão. Essa descrição, portanto, não é um predicável próprio da categoria do relativo, pois não pode satisfazer a condição da contrapredicação. Já a segunda caracterização da categoria do relativo – *aquilo cujo ser é o mesmo que estar de algum modo em relação com alguma coisa* (8a31-32) – na medida em que não se predica daquelas substâncias segundas (cabeça, mão etc.), mas, ao que tudo indica, apenas de relativos, se apresenta como o mais promissor candidato ao título de predicável próprio da categoria do relativo.³³

³³ Zingano (2013, p. 238) indica como predicável próprio da categoria do relativo a condição de *reciprocicar* (6b28-7b14). O problema dessa alternativa está no fato de Aristóteles ter incluído entre os exemplos de relativos que reciprocam, entre outras coisas, a cabeça (7a15-18), que é uma substância segunda (8a13-18). Assim, se a condição de reciprocicar fosse um predicável próprio da categoria do relativo, a controvérsia envolvendo as substâncias segundas (8a13-18) seria

No capítulo 8, por fim, o leitor se depara com o predicável próprio da qualidade, a condição de *ser semelhante ou dissemelhante*:

Nada do que até agora foi mencionado é próprio da qualidade. No entanto, é somente em virtude das qualidades que as coisas são ditas semelhantes e dissemelhantes. Pois uma coisa não é semelhante a outra em virtude de nenhuma outra coisa que não seja aquilo em virtude do qual ela é qualificada. Portanto, seria próprio da qualidade ser em virtude dela que algo é dito semelhante ou dissemelhante. (*Categorias* 8, 11a15-19).

A essa altura, o leitor já pode ver que o apontamento de um predicável próprio de cada gênero supremo ou categoria é parte integrante de uma estratégia metodológica de Aristóteles, empregada na elaboração da ontologia de *Categorias*. Na impossibilidade de contar com definições – pois os gêneros supremos não podem ser definidos –, Aristóteles oferece um predicável que, a exemplo das definições, também atende à (C2) condição da contrapredicação, garantindo, assim, um critério de aferição de entidades cuja satisfação é suficiente (e não apenas necessária) para determinar o pertencimento ou não de uma dada entidade a uma dada categoria.

O predicável próprio da substância

A exemplo do que se passa nos capítulos 6, 7 e 8, que tratam, respectivamente, das categorias da quantidade, do relativo e da qualidade, também no capítulo 5, dedicado à categoria da substância, Aristóteles propõe um predicável próprio a ser empregado como condição da qual a satisfação é suficiente (e não apenas necessária) para a aferição do pertencimento de uma dada entidade à categoria da substância. É bom lembrar que, ao longo do capítulo, Aristóteles já recusou o título de predicável próprio a duas condições: à de *não ser dito de um subjacente* (3a21-22) e à de *não ter contrário* (3b27-28). O predicável próprio da categoria da substância – *ser capaz de receber contrários sendo numericamente uma e mesma entidade* – aparece no último parágrafo do capítulo 5. A fim de facilitar o seu exame, eis o parágrafo, dividido em sete seções:

(1) O que principalmente parece ser próprio da substância é que, *sendo numericamente uma e a mesma, seja capaz de receber contrários*. (2) Não há nenhuma outra coisa que se possa apresentar e que, sendo numericamente uma, seja capaz de receber contrários. Por exemplo, uma

insolúvel: a categoria do relativo incluiria substâncias segundas (leme, cabeça, mão) e o *principio da exclusividade* seria violado.

cor que seja numericamente una e a mesma não poderá ser branca e negra; nem uma mesma ação, que seja numericamente una, poderá ser má e boa; e do mesmo modo para as outras coisas que não sejam substâncias. (3) No entanto, a substância, sendo numericamente una e a mesma, é capaz de receber contrários. Por exemplo, um certo homem, que é um e o mesmo, torna-se ora claro ora escuro, ora quente ora frio, ora mau ora bom. Em nenhum outro caso se verifica algo assim, (4) a não ser que alguém objete, afirmando que os enunciados e as opiniões são também assim. Pois o mesmo enunciado parece ser verdadeiro e falso. Por exemplo, se é verdadeiro o enunciado que diz que uma certa pessoa está sentada, depois de a pessoa se levantar, este mesmo enunciado será falso. E o mesmo se passa com as opiniões. Pois, se alguém tem a opinião verdadeira de que uma certa pessoa está sentada, depois de a pessoa se levantar, tendo a mesma opinião acerca dela, esta opinião será falsa. (5) Todavia, ainda que admitíssemos esta objeção, há uma diferença no modo como os contrários são recebidos. Pois, no caso das substâncias, é mudando elas mesmas que são capazes de receber os contrários. Pois o que se tornou frio em vez de quente, ou escuro em vez de claro, ou bom em vez de mau, mudou (uma vez que se alterou). Do mesmo modo, também nos outros casos, é sofrendo ela mesma uma mudança que cada coisa é capaz de receber contrários. Enquanto os enunciados e as opiniões se mantêm de todos os modos completamente imutáveis; é por a coisa mudar que o contrário lhes advém. Pois o enunciado que diz que uma certa pessoa está sentada mantém-se; é pela mudança na coisa que ele se torna ora verdadeiro ora falso. O mesmo se passa com as opiniões. Portanto, pelo menos o modo como é capaz de receber os contrários – através de uma mudança em si mesma – seria próprio da substância, ainda que admitíssemos que as opiniões e os enunciados são capazes de receber contrários. (6) No entanto, isto não é verdade! Pois não é por receberem eles mesmos alguma coisa que se diz que as opiniões e os enunciados são capazes de receber contrários, mas sim pelo que acontece a alguma outra coisa. Pois é por a própria coisa ser ou não ser que o enunciado é dito ser verdadeiro ou falso e não por ele mesmo ser capaz de receber contrários. Na realidade, nenhum enunciado ou opinião é mudado por nenhuma coisa e, por isso, eles não são capazes de receber contrários, uma vez que nada acontece neles mesmos. Mas a substância, por receber ela mesma os contrários, é dita capaz de receber contrários. Pois ela recebe doença e saúde, brancura e negrura e, porque ela mesma recebe cada uma destas coisas, é dita ser capaz de receber contrários. (7) Portanto, é próprio da substância que, *sendo numericamente una e a mesma, seja capaz de receber contrários.*

Sobre a substância, então, dissemos o suficiente. (*Categorias* 5, 4a10-4b19; trad. de Ricardo Santos com pequenas modificações).

Esse longo parágrafo tem a seguinte estrutura:

- 1) Aristóteles inicia com a formulação da condição proposta como predicável próprio da categoria da substância: *ser capaz de receber contrários sendo numericamente uma e a mesma entidade*.
- 2) Em seguida, se dispõe a mostrar que nenhuma entidade pertencente a qualquer das demais categorias satisfaz essa condição – uma cor, por exemplo, sendo numericamente uma e a mesma entidade, não pode ser ora branca ora negra (4a14-15), bem como uma ação, sendo numericamente uma e a mesma entidade, não pode ser ora boa ora má (4a15-16).
- 3) Na sequência, mostra que as entidades da categoria da substância, ao contrário das demais, satisfazem a mencionada condição – *um certo homem*, por exemplo, sendo uma entidade numericamente uma e a mesma, torna-se (*gignetai*) ora claro ora escuro, ora quente ora frio, ora bom ora mau (4a18-20). Assim, sustenta que a condição em questão é um predicável próprio da categoria da substância.
- 4) A partir daí, Aristóteles passa a lidar com uma possível objeção, de acordo com a qual as opiniões e os enunciados, ou melhor, as proposições, embora não sejam substâncias, *são capazes de receber contrários sendo numericamente unas e as mesmas entidades*, pois são ora verdadeiras ora falsas – a proposição “Fulano está sentado” é verdadeira enquanto Fulano estiver sentado e passa a ser falsa assim que Fulano não mais estiver sentado (4a23-26). Se a objeção se sustentasse, a condição de *ser capaz de receber contrários sendo numericamente uma e a mesma entidade* não poderia ser um predicável próprio da categoria da substância.
- 5) Aristóteles responde inicialmente apontando certa diferença no modo como substâncias e proposições recebem contrários: as substâncias os recebem na medida em que elas mesmas se modificam, ao passo que as proposições, na medida em que as coisas a que se referem se modificam – a proposição “Fulano está sentado” recebe os contrários “verdadeiro” e “falso” de acordo com o estado em que Fulano se encontra na realidade, permanecendo ela mesma imutável (*akinēta*). Assim, ao menos o modo pelo qual as substâncias recebem contrários – através de uma mudança nelas mesmas e não em outras coisas – seria próprio das substâncias.

- 6) No entanto, Aristóteles não fica satisfeito com a primeira resposta que elaborou, que ainda concebe as proposições como entidades suscetíveis de receber contrários, e oferece uma segunda resposta, baseada na impossibilidade de proposições receberem contrários. Aristóteles parece entender que os atributos *verdadeiro* e *falso*, embora incompatíveis, e, nesse sentido, contrários, não significam entidades contrárias que são atribuídas às proposições, mas se limitam a indicar que essas proposições correspondem ou não à realidade por elas significada. Por isso, embora sejam descritas ora como verdadeiras ora como falsas, as proposições não recebem entidades contrárias.³⁴
- 7) Por fim, Aristóteles encerra o capítulo reiterando que a condição de *ser capaz de receber contrários sendo numericamente una e a mesma entidade* é o predicável próprio da categoria da substância.

Diante dessa estrutura geral, cabem ainda algumas observações finais sobre o predicável próprio da categoria da substância, o qual pode ser analisado a partir de dois componentes: **(α)** *capacidade de receber contrários* e **(β)** *unidade numérica*.³⁵

Pode-se dizer, com base na seção 6, que **(α)** *a capacidade de receber contrários* deve ser compreendida de modo a implicar alguma modificação na entidade que recebe os contrários. Como isso não ocorre na atribuição dos valores *verdadeiro* e *falso* às proposições – “[...] nenhum enunciado ou opinião é mudado por nenhuma coisa e [...] nada acontece neles mesmos” (4b10-13) – Aristóteles conclui que as proposições não **(α)** *são capazes de receber contrários*. Ademais, na medida em que pode ser reformulado como *a capacidade de ser ora F, ora o contrário de F*, esse componente faz referência à passagem do tempo e à mudança, revelando que o foco de Aristóteles está no reino das entidades sensíveis, no qual apenas as substâncias figuram como *substratos de mudança*.³⁶

Por sua vez, **(β)** *a unidade numérica* acionada por Aristóteles sugere que o predicável proposto como próprio da substância só pode ser satisfeito por entidades particulares. De fato, as entidades sob consideração nas seções 2 e 3 corroboram essa leitura – de um lado, uma cor e uma ação *numericamente unas*, entendidas como exemplos de entidades que não **(α)** *são capazes de receber contrários*, de outro, *um certo*

³⁴ Ackrill (2002, p. 90-91) considera outras alternativas que Aristóteles poderia ter explorado.

³⁵ Esse componente pode ainda ser analisado em duas condições: (i) *ser numericamente una* e (ii) *ser a mesma entidade*. No entanto, como Aristóteles não as considera isoladamente no capítulo 5 de *Categorias*, as duas condições serão tratadas conjuntamente sob o título de *unidade numérica*.

³⁶ Ver a contribuição de André Porto a esta coletânea, sobre a noção de *objeto físico*, remanescente desta noção de substância.

homem, entendido como exemplo de entidades que o são. Essa interpretação é reforçada pela associação que Aristóteles estabelece, ainda no capítulo 5 de *Categorias* (3b10-16), entre certa unidade numérica e o domínio daquilo que é *um certo isto* ou *este-algo* (*tode ti*), povoado exclusivamente por substâncias primeiras. Compreendida dessa maneira, (β) a unidade numérica trazida à baila pela expressão *ser numericamente uma e a mesma* restringe a condição apontada como predicável próprio da categoria da substância a entidades particulares, e, acompanhada do outro componente – (α) a capacidade de receber contrários – forma um predicável que se aplica apenas a substâncias primeiras.³⁷

No entanto, em *Tópicos* I 7 (103a23-31), Aristóteles parece aceitar que a noção de unidade numérica se aplique também a entidades universais – *veste* e *roupa* são a mesma coisa porque os nomes *veste* e *roupa* designam algo que é numericamente uno, valendo o mesmo para *algo capaz de conhecer* e *homem*, bem como para *aquilo que por natureza é locomovido para o alto e fogo*.³⁸ Se esse entendimento da unidade numérica puder ser mantido também na interpretação do predicável próprio da categoria da substância, então, a exemplo das substâncias primeiras, também as substâncias segundas terão de desfrutar de (β) unidade numérica.³⁹ Do contrário, o predicável apresentado como próprio da substância será próprio apenas das substâncias primeiras e

³⁷ Diante desse quadro, as substâncias segundas parecem não satisfazer o predicável próprio da substância, pois não (β) são numericamente unas. É assim que entendem Ackrill (2002, p. 89-90) e Santos (2016, p. 75, nota 68). De acordo com Ackrill (2002, p. 89), o predicável próprio das substâncias segundas é a condição de *ser dito de indivíduos que são capazes de receber contrários*, ou seja, *ser dito de substâncias primeiras*. Essa proposta, no entanto, é inviável. Ao que tudo indica, as diferenças são ditas de substâncias primeiras e, portanto, são ditas de indivíduos que são capazes de receber contrários, mas não são substâncias segundas, porque sequer são substâncias (3a21-22).

³⁸ Comentando essa passagem do capítulo 7 do Livro I dos *Tópicos*, Angioni (2006, p. 143) é levado a dizer o seguinte: “[...] Aristóteles deixa claro, por meio dos exemplos, que a coisa única que recebe diferentes descrições não precisa ser considerada um item estritamente *individual* (um objeto, em acepção fregeana): pelo contrário, a ‘coisa’ única pode ser também uma *classe*, um *tipo natural* (por exemplo, seres humanos), ou seja, um item dotado de razoável generalidade”.

³⁹ Santos (2016, p. 75, nota 68) entende que, além de não (β) serem numericamente unas, as substâncias segundas tampouco (α) são capazes de receber contrários. Convém observar que, em *Metafísica* Iota 10, Aristóteles se compromete com uma posição bem diferente, de acordo com a qual contrários se atribuem tanto a particulares quanto a universais: “[...] de fato, é possível que um mesmo item seja ambos os contrários, e o seja ao mesmo tempo, se for um universal, tal como homem pode ser tanto branco como negro, e até mesmo os particulares, pois um mesmo particular pode ser, embora não ao mesmo tempo, branco e negro, embora o branco seja o contrário do negro” (1058b32-35). Note-se que o exemplo de universal fornecido por Aristóteles nessa passagem é uma substância segunda.

a estratégia metodológica de Aristóteles, de oferecer ao menos um predicável próprio para cada categoria, não terá sido bem-sucedida no caso da substância, a não ser de um modo bastante inesperado.

Essas dificuldades, porém, merecem uma discussão própria, separada deste estudo introdutório. Menos incerto e mais modesto é concluir que, aos olhos de Aristóteles, as únicas entidades que ganham e perdem predicados contrários, subsistindo ao longo desse processo, são as substâncias. Além delas, nada mais é suscetível de mudança.

REFERÊNCIAS

Edições, traduções e traduções comentadas de textos de Aristóteles

ACKRILL, J. L. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press, 2002 (1963).

ANGIONI, L. *Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles*. Campinas, Editora Unicamp, 2006.

BODEÜS, R. *Aristote – Catégories*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

CAMPOS, J. S. *Tópicos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

COELHO, F. *As Categorias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

MINIO-PALUELLO, L. *Categoriae et Liber De Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press, 1949.

SANTOS, R. *Categorias & Da Interpretação*. Obras Completas de Aristóteles, Vol. I, Tomo II. Imprensa Nacional – Casa da Moeda S.A, 2016.

SMITH, R. *Aristotle's Topics: books I and VIII with excerpts from related texts*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

ROSS, D. *Metaphysics*, Texto rev., introd. e coment. Oxford: Clarendon Press, 1924. 2 v.

ROSS, D. *Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

ANGIONI, L. *As noções aristotélicas de substância e essência*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

CRIVELLI, P. Being-said-of in Aristotle's Categories. *Rivista di Filosofia Neo-Scolastica*, v. 3, p. 531-556, 2017.

LESHER, J. Sobre forma, substância e universais em Aristóteles: um dilema. Tradução de P. F. T. Ferreira. In: Zingano, M. *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus, 2005, p. 235-246.

MANSION, S. *A primeira doutrina da substância: a substância segundo Aristóteles*. Tradução de José Wilson da Silva. In: Zingano, M. *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus, 2005, p. 73-92.

MARQUÉS, A. G. *Tò Tí Ên Einai, Tò Tí Esti, Tò Ón: su sentido y traducción*. *Convivium*, v. 29/30, 2016-2017.

MORRISON, D. The taxonomical interpretation of Aristotle's Categories: a criticism. In: PREUS, A. (ed.). *Essays in Ancient Greek Philosophy V: Aristotle's ontology* New York: State University of New York Press, 1992.

OWEN, G. E. L. *Lógica e Metafísica em algumas obras iniciais de Aristóteles*. Tradução de Luis Márcio Nogueira Fontes. In: Zingano, M. *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus, 2005 [1960], p. 177-204.

PORFÍRIO. *Isagoge: introdução às Categorias de Aristóteles*. Introdução, tradução e comentário de Bento Silva Santos. São Paulo: Attar Editorial, 2001.

ZINGANO, M. As Categorias de Aristóteles e a doutrina dos traços do ser. *Doispontos*, v. 10, n. 2, 2013.

SUGESTÕES DE LEITURA

O leitor interessado em saber mais sobre a noção de substância e sobre a ontologia elaborada por Aristóteles na obra intitulada *Categorias* pode recorrer a duas traduções para a língua portuguesa: a tradução de Ricardo Santos, que traz uma orientadora introdução e informativas notas de rodapé, com as quais o leitor poderá navegar mais facilmente pelas teses de Aristóteles; e a tradução trilingue (grego, latim e português) de Fernando Coelho, que ousadamente traduz *ousia* por *entidade* (e não por *substância*, como reza a tradição) e vem acompanhada de um glossário comentado, com os principais termos e expressões técnicas empregadas por Aristóteles na obra. As mencionadas traduções são as seguintes:

SANTOS, R. *Categorias & Da Interpretação*. Obras Completas de Aristóteles, Vol. I, Tomo II. Imprensa Nacional – Casa da Moeda S.A., 2016.

COELHO, F. *As Categorias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

Além dessas obras, o leitor de língua portuguesa conta também com a tradução comentada de Lucas Angioni dos capítulos 1-5 de *Categorias*, que faz parte de uma obra que inclui ainda diversos textos de Aristóteles, reunidos sob o tema da predicação:

ANGIONI, L. *Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

Por fim, outra indispensável leitura em língua portuguesa é um artigo de Marco Zingano, em que o leitor encontrará uma robusta formulação da estratégia metodológica de que se vale Aristóteles para elaborar a sua lista de categorias da realidade:

ZINGANO, M. As Categorias de Aristóteles e a doutrina dos traços do ser. *Dois pontos*, v. 10, n. 2, 2013.